

VERDADE FATUAL, OPINIÃO PÚBLICA E PÓS-VERDADE

Leonardo Brandalise Machado¹

resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o conceito de verdade fatural cunhado por Hannah Arendt e entender sua relevância para os dias atuais, entendendo a diferença entre a verdade fatural e outros tipos de verdades como a filosófica, científica ou religiosa, bem como estabelecermos uma linha demarcatória entre o que pertence ao domínio dos fatos e conseqüentemente o que pertence ao da opinião. Para isto traçaremos o papel da opinião pública como um fundamento do poder democrático e como esta atua como uma limitação do poder, estabelecemos também o conceito de pós-verdade e como esta tem interferido diretamente no modus operandi democrático, por último traçamos um paralelo entre pós-verdade e fragilidade democrática que nos leva justamente a hipótese levantada no presente trabalho de que estão ocorrendo alguns retrocesso democráticos devido ao fato de termos uma opinião pública que não está fundamentada em verdades fatuais. Concluimos assim que é necessário que instituições como a universidade, o poder judiciário e principalmente a imprensa confrontem o poder político na sua tentativa de se estabelecer como fornecedor da verdade e assim teremos uma democracia menos fragilizada.

PALAVRAS-CHAVE: Verdade Fatural, Opinião Pública, Pós-Verdade.

¹ Graduação em Direito e Mestrando em Ética e Filosofia Política. Vinculação Acadêmica: Docente do programa de mestrado em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal de Rondônia. Email: leonardobrmachado@gmail.com

abstract

This article aims to analyze the concept of factual truth coined by Hannah Arendt and understand its relevance to the present day, understanding the difference between factual truth and other types of truths such as philosophical, scientific or religious, as well as establishing a line demarcation between what belongs to the domain of facts and, consequently, what belongs to opinion. For this we will trace the role of public opinion as a foundation of democratic power and as it acts as a limitation of power, we also establish the concept of post-truth and how it has directly interfered in the democratic *modus operandi*, finally draw a parallel between post-truth. - Democratic truth and fragility that leads us to the hypothesis raised in the present work that some democratic setbacks are taking place due to the fact that we have a public opinion that is not based on factual truths. We thus conclude that it is necessary for institutions such as the university, the judiciary, and especially the press to confront political power in its attempt to establish itself as a provider of truth, and thus we will have a less fragile democracy

KEYWORD: Factual Truth, Public Opinion, Post-Truth.

introdução

O presente artigo tem como pretensão fazer um estudo da opinião pública em seus mais variados aspectos, a partir de uma análise de como esta é um dos principais fundamentos do poder democrático, será lançado um olhar sobre o conceito de verdade fatural cunhado por Hannah Arendt em seu escrito "Verdade e política", bem como a diferença entre a verdade fatural e a opinião e os perigos de termos o "poder político" tomando o lugar da imprensa como contador de verdades.

Outro aspecto a ser observado se dá em uma troca de hierarquia entre a televisão e a internet como principal influenciador da opinião pública, desta maneira é necessário entender o papel que tais meios de comunicação têm exercido. Desta troca de hierarquia se faz necessário traçar um paralelo entre as chamadas *Fake News* e o conceito de pós-verdade definido pelo *Oxford Dictionaries* como "um substantivo que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais" (OXFORD, 2016).

Por último será feito um paralelo entre opinião pública e verdade, na perspectiva de que para uma democracia ser realmente legítima é necessário que esta esteja baseada em verdades fatuais e

que a instabilidade de vários governos atuais, que estão sendo ameaçados por impeachments ou golpes, tem direta relação com uma opinião pública que não está baseada em fatos.

Da própria instabilidade democrática que tem colocado em risco várias instituições democráticas denota-se a relevância do presente artigo que pode ser considerado um chamado para que instituições responsáveis por estabelecer e contar verdades juntem suas forças com o objetivo de não deixar com que o poder político tome conta da narrativa de fatos.

Desta maneira o presente artigo tem como objetivo geral buscar responder como se tem dado a construção da opinião pública na sociedade atual e diante disto erguem-se alguns questionamentos que servirão de norte para a presente pesquisa: Como a opinião pública contribui como legitimadora do poder político? Qual papel das fakes news na construção da opinião pública? Qual a importância de termos a opinião pública baseada em verdades fatuais?

a opinião pública como fundamento do poder democrático

Quando se pensa em legitimação do poder político logo podemos ser levados a pensar que este se fundamenta basicamente em um processo eleitoral justo, pelo qual o povo exerce sua soberania, e que seria a única maneira da população participar efetivamente do poder político, além dos raros plebiscitos e memorandos.

Porém não é apenas através destes mecanismos que a população exerce sua soberania, visto que devido à existência de uma relação simbiótica entre representantes e representados na democracia representativa a opinião pública se torna um dos principais meios da povo exercer sua soberania, tanto conferindo legitimação aos eleitos, tanto deslegitimando atitudes e projetos que vão na contramão da vontade de uma parcela considerável da população.

Mas o que seria a opinião pública? Seria está apenas a junção de opiniões emitidas por indivíduos? Ela necessariamente emite a opinião de uma maioria? Ela é exercida diretamente pelo povo ou é intermediada? Para Sena (2007: 270), esta seria “um juízo formulado a respeito de qualquer facto e a sua dimensão pública surge quando essa opinião é partilhada com um vasto número de indivíduos a tal ponto que, a observação emitida poderia ser de qualquer um deles”

Desta forma, pode-se dizer que a opinião pública é um mecanismo além do voto através do qual o cidadão pode interferir indiretamente no governo devido a necessidade deste de aferir os humores de seus eleitores e além disso é uma maneira de estar constantemente avaliando os representantes.

Sauvy (1977: 3) afirma que a opinião é um “árbitro, uma consciência, diremos que quase um tribunal desprovido de poder jurídico, mas receado. É o foro interior de uma nação. A opinião pública, esse poder anónimo, é uma força política e essa força não foi prevista por nenhuma

constituição”.

Constant (1997) traz em seu pensamento o conceito de convenções legais, que seria o produto médio de todas as razões individuais, que ressalta o caráter processual do político, sendo a legitimidade da representação retirada exatamente da correta leitura das convenções legais, tal leitura seria a principal função dos representantes.

Assim no pensamento de Constant (1997) a legitimidade política viria do povo exercendo o poder através de uma dimensão real, a representação, e outra virtual, a opinião pública. Sendo assim, consiste em uma obrigação da ordem política produzir espaços de manifestação e autodeterminação coletiva. Assim como já dito anteriormente seria função dos representantes interpretar a opinião média da sociedade, sendo assim a opinião pública uma limitação do poder.

a verdade atual

O lugar ocupado pela verdade no debate político é tema de ampla discussão na filosofia política e sobre este assunto Arendt (2016) traz sua contribuição ao nos trazer o conceito de verdade fatural como aquela relativa simplesmente a fatos, relativa a assuntos humanos, ou seja, diz respeito a eventos em que implicam consequências à várias pessoas, é política por natureza, são as matérias das opiniões, mas principalmente estão além da possibilidade de discussão “Conceptualmente, podemos chamar verdade àquilo que não podemos mudar; metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos mantemos e o céu que se estende por cima de nós (ARENDR, 2016: 325)”.

Para entender melhor tal conceito é necessário apresentar algumas diferenças entre a verdade fatural e outras verdades como a filosófica, científica ou a religiosa. Podemos dizer que a primeira grande diferença entre elas está no fato de que a verdade fatural está ao alcance e influencia diretamente a vida de quase toda uma sociedade, enquanto as outras estão restritas a grupos menores e dependem da reflexão do filósofo, estudo do cientista ou da mediação de um profeta.

Uma segunda diferença entre estas verdades se dá na fragilidade da fatural em relação as outras, o motivo desta fragilidade é exatamente o fato apontado no parágrafo anterior, ou seja, ela não depende de mediações e pertence ao campo perpetuamente modificável pelas ações dos homens:

Os factos e os acontecimentos são coisas infinitamente mais frágeis que os axiomas, as descobertas e as teorias - mesmo as mais loucamente especulativas - produzidas pelo espírito humano; ocorrem no campo perpetuamente modificável dos assuntos humanos, no seu fluxo em que nada é mais permanente que a permanência, relativa, como se sabe, da estrutura do espírito humano. Uma vez perdidos, nenhum esforço racional poderá fazê-los voltar (ARENDR, 2016: 287-288).

Porém apesar de tais diferenças quando levada a discussão a verdade fatural e a filosófica parecem ter o mesmo destino, ou seja, ao invés de serem confrontadas por mentiras e falsidades deliberadas e sim pelas múltiplas opiniões, desta forma a autora abriu uma importante discussão, o fato de a opinião ser um dos principais inimigos da verdade fatural e de ser uma das manobras mais utilizadas para não ter que fazer o uso da verdade no campo político, como no mito da caverna de Platão a verdade do mundo das ideias eternas desapareceu ao ser confrontada com a diversidade dos pontos de vista dos que não subiram a este mundo junto com o filósofo (ARENDR, 2016).

Desta forma, a autora traz uma importante diferenciação entre verdade fatural e opinião, sendo a, opinião o que se pensa em relação a um fato, e a verdade fatural é o fato em si mesmo "Por outras palavras, a verdade de facto fornece informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica (ARENDR, 2016: 295)".

Desta maneira, deve-se estar sempre para que não se torne embaraçada a diferença entre a verdade fatural e opinião e que cada uma permaneça devidamente em seu campo, pois a unificação das duas seria exatamente a morte da verdade sobre os fatos no campo da política e conseqüentemente a perda da liberdade de opinião, um importante atributo de todas as democracias que se definem como representativa, pois "A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objeto do debate (ARENDR, 2016: 295)".

Como dito anteriormente neste artigo a opinião pública é um dos fundamentos do poder democrático e não a verdade, desta forma a utilização da falta de verdade fatural por parte de políticos para influenciar a opinião pública é utilizada à muito tempo desde os sofistas até os dias atuais:

Acontece o mesmo quando um mentiroso, não dispondo do poder necessário para impor as suas mentiras, não insiste no carácter evangélico da sua afirmação, mas pretende que se trata da sua «opinião» para a qual invoca o seu direito constitucional. Isso é frequentemente praticado pelos grupos subversivos, e num público politicamente imaturo pode ser considerável a confusão que daí resulta. O esbatimento da linha de demarcação que separa a verdade de facto e a opinião pertence às numerosas formas que a mentira pode assumir, todas elas sendo formas de ação (ARENDR, 2016: 309).

Hobbes (2014) apresenta como faculdades antagônicas o raciocínio sólido, fundado na verdade, e a eloquência poderosa, o qual se baseia nas opiniões, paixões e interesses humanos. E não é preciso ir muito longe para perceber qual destas faculdades têm feito mais parte do cardápio político atual.

A partir de tal citação é necessário entrar em outro argumento levantado por Arendt (2016), de que sempre consistiria em um perigo à democracia o poder político deter o controle sobre os

órgãos responsáveis por informar as verdades fatuais:

[...] difícil imaginar qual seria o destino da verdade de facto se o interesse do poder, quer seja nacional ou social, tivesse a última palavra em tais questões. O que nos reconduz à nossa suspeita de que possa ser da natureza do domínio político estar em guerra contra a verdade em todas as suas formas, e daí à questão de saber por que é que uma submissão, mesmo em relação à verdade de facto, é sentida como uma atitude antipolítica. (ARENDETT, 2016: 296- 297)“

Desta maneira, seria um papel da imprensa estabelecer-se como um poder contra as tiranias políticas contra a verdade factual e trazer para si a função de ser a principal contadora de verdades e deixar apenas a opinião para o campo político (não que a imprensa não possa emitir opiniões e sim que o poder político não deve tentar definir o que é fato), como dito pela própria autora:

Isso é, certamente, da mais imediata importância política; mas se a imprensa se tornasse alguma vez realmente o «quarto poder» deveria ser protegida contra todo o governo e agressão social ainda mais cuidadosamente do que o é o poder judicial. Porque essa função política muito importante que consiste em divulgar a informação é exercida do exterior do domínio político propriamente dito; nenhuma ação nem nenhuma decisão políticas estão, ou deveriam estar, implicadas (ARENDETT, 2016: 323).

Por fim, consideramos que a verdade fatural deve se manter longe do domínio do poder política, mas o que estamos vendo atualmente é justamente o contrário no qual políticos de nações poderosas estão constantemente atacando a imprensa e reivindicando para si o direito de estabelecer o que é a verdade.

a pós-verdade

O termo em inglês *post-truth* (pós-verdade) foi eleito no ano de 2016 pelo *Oxford Dictionaries* como palavra do ano e foi definido como “um substantivo que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (OXFORD, 2016).

Assim percebe-se que políticos passaram a se utilizar de *fake News* como forma de alcançar seus objetivos principalmente como forma de se ligar emocionalmente à população. Tais aspectos podem ser observados internacionalmente na corrida eleitoral vencida por Donald J. Trump e a campanha feita com o objetivo de promover a saída do Reino Unido da União Europeia (D’ANCONA, 2018).

O ataque a mídia mais tradicionais também fazem parte desta nova guerra contra os fatos visto que Trump desferiu diversos ataques à meios de comunicação como o New York Times e a CNN (LEVISTKY e ZIBLATT, 2018) e Bolsonaro segue o mesmo padrão desferindo constantemente ataques principalmente a meios de comunicação mais tradicionais.

Com figuras pública estrategicamente plantando desconfiança nas mídias de comunicação mais tradicionais e o crescimento exponencial da internet e das redes sociais nos últimos anos, temos tido uma inversão de hierarquia em relação a influência na opinião pública da televisão com a internet.

Para comprovar tal dado utilizamos uma pesquisa feita pelo instituto Paraná Pesquisas (2018) sobre qual o meio de informação as pessoas pretendiam utilizar para se informar sobre as eleições de 2018 o resultado expressou tal troca de hierarquia entre a televisão e a internet como principal meio formador de opinião, visto que 42,5 % das pessoas responderam que utilizariam internet enquanto 36,7% disseram televisão.

O próprio resultado da eleição presidencial também mostra tal dado, visto que o presidente eleito Jair Messias Bolsonaro era o segundo candidato com menos tempo televisivo durante o primeiro turno e o candidato com mais tempo, Geraldo Alckmin, obteve apenas 4,76% dos votos.

Tal estratégia para desestabilizar a confiança na sociedade nos meios de comunicação mais tradicionais e passarem a utilizar a internet como meio de informação é claramente uma maneira deliberada de buscar a utilização de Fake News como forma de influenciar a opinião pública, visto que as redes sociais possuem um *modus operandi* que permite a publicação de notícias falsas e um rápido alcance para elas antes que haja qualquer tipo de checagem de fatos.

a busca política pelo controle de informação acerca da verdade fatural

Por qual motivo grandes figuras públicas tem tanto interesse em desestabilizar as mídias tradicionais para tornar as redes sociais o principal meio de informação da sociedade? Me causou espanto quando em uma conversa informal uma pessoa me disse que não confiava em jornais ou qualquer meio de comunicação mais tradicional e que apenas se informava por conteúdos que via em *whatsapp* ou *facebook* e que também apenas tinha confiança em notícias que vinham do seu espectro político.

Com o conceito de pós-verdade em voga de que as pessoas não estão mais interessadas na verdade, talvez cheguemos ao tenebroso tempo no qual os políticos estão finalmente tendo em suas mãos o controle da informação da verdade fatural, talvez por uma via inversa da que muitos imaginavam, pois quando a alguns anos atrás se falava em controle pelo poder dos meios de informação, logo se pensaria em censura, nos moldes das ditaduras do século passado (e que ainda existem algumas nos dias atuais), porém tal controle está ocorrendo por uma via oposta, ou seja, através da desconfiança nos meios tradicionais e na tomada da narrativa dos políticos utilizando-se das redes sociais.

Ao trazer para si a responsabilidade de contar as verdades faturais o poder acabou por criar a

era da pós-verdade, pois no momento que vários políticos vão as redes sociais e dão sua versão sobre o mesmo fato estes acabam por tornar os acontecimentos em meras opiniões dando as pessoas a possibilidade de escolher o fato que mais lhe aprouver. Assim como já previamente dito o momento em que a verdade se confunde com a opinião ela está fadada a ser trocada por outra opinião a qualquer momento.

Há de ser dito que apesar de tal fenômeno ser normalmente atrelado ao espectro político da extrema direita (no próprio texto são utilizados como exemplo Trump, Brexit e Bolsonaro), é inegável que figuras públicas de diferentes polos também se utilizam de estratégias semelhantes.

Sem dúvida existem muitos benefícios políticos em se ter um governo que não leva em conta a verdade, ou que consegue a moldar a seu bel prazer, sendo o primeiro deles obviamente a de poder moldar o fato de acordo com a esperança de público tendo desta maneira uma grande vantagem em relação a seus concorrentes que por ventura estejam apegados a verdades fatuais (ARENDDT, 2016).

Outro benefício que estes políticos gozam é a de criação de um exército de seguidores dispostos a fazer de qualquer “verdade” dita por seu “líder” se torne absoluta, sendo este um típico cinismo no qual há:

Uma absoluta recusa a acreditar na verdade de qualquer coisa, por mais bem estabelecida que ela possa ser. Em outras palavras, o resultado de uma substituição coerente e total da verdade dos fatos por mentiras não é passarem estas a ser aceitas como verdade, e a verdade a ser difamada como mentira, porém um processo de destruição do sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real- incluindo se entre os meios mentais para esse fim a categoria de oposição entre verdade e falsidade (ARENDDT, 2016: 317-318).

Um outro benefício está no fato de que enquanto a verdade fatural normalmente denota uma atitude de passividade e aceitação dela como é, a mentira denota uma ação de transformação da realidade, a percepção de que pode transformar o mundo aos moldes que mais se adequam ao seu interesse:

Não há figura política mais susceptível de despertar uma suspeita justificada que o dizeador profissional da verdade que descobriu uma qualquer feliz coincidência entre a verdade e o interesse. Pelo contrário, o mentiroso, não tem necessidade desses arranjos duvidosos para aparecer na cena política; tem a grande vantagem de estar desde sempre, por assim dizer, em pleno meio. É ator por natureza; diz aquilo que não é porque quer que as coisas sejam diferentes daquilo que são - ou seja, quer mudar o mundo (ARENDDT, 2016: 309).

Assim percebemos que existem diversas vantagens e motivos para que o poder queira para si o direito de definir e contar as verdades fatuais. Porém é necessário dizer que por mais que a verdade sempre esteja em perigo neste jogo contra o poder, ela tem a seu favor o fato de não

existir nenhum produto mais estável para substituí-la:

É evidente que os factos não estão seguros nas mãos do poder. Mas o importante é que aqui o poder, pela sua própria natureza, não pode nunca produzir um substituto para a sólida estabilidade da realidade factual que, por ser passado, cresceu até a uma dimensão fora do nosso alcance. Os fatos afirmam-se a si próprios pela sua obstinação e a sua fragilidade está estranhamente combinada com uma grande resistência à distorção - essa mesma irreversibilidade que é o cunho de toda a ação humana. Na sua obstinação, os fatos são superiores ao poder; são menos passageiros que as formações do poder, que surgem quando os homens se reúnem com um objetivo, mas desaparecem quando esse objetivo é alcançado ou fracassa. Esse carácter transitório faz do poder um instrumento altamente incerto para levar a bom termo uma permanência seja ela qual for e, por consequência, não apenas a verdade e os factos não estão em segurança entre as suas mãos, mas também a não verdade e os não factos. A atitude política em relação aos factos deve, com efeito, seguir o caminho muito estreito que existe entre o perigo de os tomar como resultado de qualquer desenvolvimento necessário que os homens não podem impedir, e sobre o qual não podem pois ter qualquer influência, e o perigo de os negar, ou tentar eliminar do mundo manipulando-os. (ARENDRT, 2016: 319-320)

Assim temos que apesar de a verdade factual estar sempre em combate contra o poder, ela também possui para si características que a tornam sempre um contraponto ao desejo político de domínio sobre estabelecer a veracidade dos fatos, mas para que tal domínio não aconteça é necessário que se levantem agentes fora do campo político e se estabeleçam como contadores de verdades.

as instituições responsáveis por manter a verdade atual

Arendt (2016), nos apresenta três grandes instituições que devem se opor ao poder político em sua tentativa de controlar as verdades fatuais e assumir a responsabilidade por contar e estabelecer os fatos, cada um destes no seu campo de atuação deve preocupar-se em se manter longe da influência do poder político para que não seja usurpado de si a confiança da população em seus trabalhos.

O primeiro grande opositor consiste no poder judiciário já reconhecido desde Montesquieu (1998) como um fator fundamental no sistema dos feios e contrapesos, responsável pelo julgamento de autoridades políticas tem a extrema necessidade de respaldar-se por fatos e não por opiniões e para manter a confiança da população tem por obrigação manter-se alheio a questões políticas.

O segundo grande opositor são as ciências humanas e históricas, responsável por estabelecer conceitos e por manter em suas mãos a historicidade dos fatos, não tem em seu condão a responsabilidade de manter-se alheio a questões políticas, porém deve ter sobre si a responsabilidade de manter a coerência apesar de afinidades ideológicas. Assim podemos

dizer que o cientista não tem nenhuma obrigação de não demonstrar suas preferências políticas e sim que este deve manter a coerência de seu argumento baseado em fatos.

Nos dias atuais temos correntes de revisionismo histórico (talvez mais um efeito da pós-verdade), tentando negar fatos consolidados historicamente e normalmente com ligações diretas com espectros políticos (muitas vezes são baseadas em falas de figuras públicas) como exemplo disso podemos ver a discussão acerca de se o nazismo era de direita ou de esquerda, pesquisas buscando não colocar a união soviética como um exemplo de totalitarismo ou mesmo negando que houve ditadura militar no Brasil.

É uma necessidade dos dias atuais que a academia fique atenta com a tentativa de tomada da narrativa da história por parte de figuras políticas e que está sempre esteja atenta para defender os fatos históricos não passíveis de discussão. Em um de seus argumentos para definir a verdade fatural Arendt (2016) lança mão de que nunca ninguém ousaria questionar que foi a Alemanha que invadiu a Bélgica em 1914 e que esta era uma verdade fatural inquestionável. Imaginamos o quanto a autora ficaria surpresa ao ver que verdades tão estabelecidas como a afirmada por ela estão sendo questionadas nos dias atuais.

O terceiro grande opositor ilustrado por Arendt é a imprensa, tanto atacada nos dias atuais pelo poder político, mas de um papel tão importante em qualquer democracia representativa. A imprensa para Arendt (2016) é a grande responsável por tirar das mãos do poder político a prerrogativa de estabelecer o que são verdades fatuais

Não é sem motivo que o poder na era da pós-verdade busque tanto a depreciação da imprensa e é muito proveitoso a seu favor que a sociedade não deposite confiança nos fatos apresentados por ela, pois a partir de tal desconfiança é que figuras públicas tem se estabelecido cada vez mais como contadores de fatos e não como emissores de opiniões.

Um constante argumento levantado nesta discussão é acerca da possibilidade da imprensa não ser uma "contadora de verdade" e apresentar as verdades que lhe seja mais conveniente, por isso existe a necessidade que se estabeleça a cada dia mais uma diversidade de mídias, a internet tem contribuído para com isso, para que não haja um monopólio da verdade por alguns veículos de comunicação.

Ademais, não é necessário grandes esforços para perceber que os grandes opositores tem perdido esta guerra contra o poder nos últimos anos, as redes sociais estão repletas de ataques a mídia televisa e jornalística, não é difícil ver opiniões que requerem o fechamento da Suprema Corte Brasileira e nem mesmo as ciências humanas e históricas não tem obtido maior êxito em ganhar a confiança da população.

Cabe a estas instituições tão importantes no funcionamento da democracia buscar se restabelecer

como dignos de confiança da sociedade, não é do escopo do presente artigo buscar maneira como eles podem conquistar novamente seus status, pois tal estudo demandaria um artigo só para si.

da necessidade do restabelecimento da verdade como fundamento da opinião pública

Como dito no primeiro item deste trabalho em uma democracia representativa a opinião pública atua como legitimadora do poder político, sendo tarefa dos governos eleitos buscar interpretá-la da melhor maneira possível. Desta forma é necessário pensar acerca dos efeitos de ter uma opinião pública que não seja baseada em verdades fatuais.

O presente tópico será guiado pela hipótese de que estão ocorrendo alguns retrocessos democráticos, devido ao fato de termos uma opinião pública que não se baseia em verdades fatuais e sim em opiniões.

É inegável que a opinião pública consiste em uma esfera política de confronto por parte dos governantes que buscam influencia-la de maneira a obter resultados eleitorais e como forma de pressionar o próprio governo a aprovar seus projetos, mas o que acontece quando a população está sendo influenciada por opiniões contadas como se fossem verdades ou até por mentiras?

Arendt (2016) acreditava que não havia liberdade de opinião caso esta não fosse baseada em verdades fatuais. Baseado neste argumento acreditamos que a falta de verdade no debate político atual tem criado uma democracia deslegitimada e enfraquecida a espera de um golpe fatal.

Tomemos como exemplo alguns fatos recentes como termos um impeachment em 2016 da ex-presidente Dilma Houssef, em 2017 chegou a existir votação para abrir o mesmo processo em relação ao então presidente Michel Temer e em âmbito internacional no ano de 2019 foi aberto também um processo de impeachment contra o presidente americano Donald Trump (o presente artigo foi escrito sem saber o resultado deste processo), e também não é difícil ouvir falar em possibilidades de retirada do presidente Jair Messias Bolsonaro.

Diante de tantas propostas para retirada de presidentes, muito diferente do que ocorria anteriormente, tomemos o próprio Brasil como exemplo no qual desde o *impeachment* que levou a renúncia de Fernando Collor em 1992, só houve uma tentativa oficial de retirada de um presidente eleito vinte e quatro anos depois no ano de 2016.

Parece-nos que a população tem visto a possibilidade de impeachment como uma medida alternativa para retirar do poder qualquer um que não estiver fazendo um governo que se adeque as suas expectativa, tais atitudes vão em total contramão do que se espera de um país democrático, mas o que se defende aqui é que vivemos uma opinião pública viciada devido a esta não estar mais baseada em fatos.

Não pretendemos no presente artigo entrar no mérito em relação a nenhum destes processos, mas apenas demonstrar que devido a uma opinião pública viciada nenhum governo está totalmente a salvo deles, que a exceção tende a se tornar a regra e viveremos democracias instáveis, sem nenhuma garantia de que o representante eleito terminará seu mandato.

conclusão

Na análise feita por Levitsky e Ziblatt (2018: 124) estes fizeram a seguinte consideração “Para que a democracia presidencial tenha êxito, instituições fortes o bastante para frear o presidente têm que subutilizar este poder.” Desta forma tendo em vista todo o apresentado no presente trabalho, vimos que a opinião pública exerce um papel fundamental de limitação do poder nas democracias representativas.

Tendo em vista as constantes discussões acerca da verdade no campo da política, inclusive a recente popularização dos termos pós-verdade e *fake News*, lançamos um olhar sobre o conceito de verdade fatural cunhado por Hannah Arendt, entendendo a diferença entre esta e outros tipos de verdades como a filosófica, religiosa ou científica. Outro aspecto importante deste conceito se da na diferença entre a verdade fatural e opinião, sendo que as duas estão no mesmo campo, pois a verdade de fato fornece as informações ao pensamento político, ou seja, a opinião.

Uma vez que um importante aspectos considerado típico da pós-verdade são os constantes ataques feitos pelo poder político da imprensa, principalmente aquelas consideradas mais tradicionais, tomamos tais ataques como uma tentativa dos políticos de tomar para si a responsabilidade por contar e estabelecer a verdades. Nesta toada apresentamos as ciências humanas, o poder judiciário e a imprensa como três grandes instituições que são responsáveis por confrontar o poder e tomar para si a responsabilidade de informar os fatos.

Por último criamos a hipótese de que vivemos em uma democracia fragilizada nos últimos tempos justamente por termos uma opinião pública que não se baseia na veracidade dos fatos, assim as constantes derrubadas de governos nos últimos anos, seja através de trâmites democráticos ou não, tem demonstrado o quanto a democracia tem vivido tempos instáveis nos últimos anos.

Nas palavras de Arendt (2017: 16) “Os fatos necessitam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas de confiança para se estabelecerem, para que possam encontrar um abrigo seguro no domínio dos assuntos humanos”. Assim concluimos que temos a necessidade de restabelecer a verdade fatural como a verdadeira tessitura do domínio político e para isto é necessário que se estabeleçam as instituições corretas como testemunha dos fatos.

referências

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDDT, Hannah. **Crises da república**. Trad. José Volkmann. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

CONSTANT, Benjamin. (1997). **Écrits Politiques**. Textes choisis, présentés et annotés par Marcel Gauchet. Paris: Gallimard, 1998.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Tradução: Carlos Szlak. 1. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018. 142 p. ISBN 9788595810174.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 270 p. ISBN 9788537818008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O Espírito das Leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo**. São Paulo: Saraiva, 1998.

OXFORD DICTIONARIES. **Word of the Year 2016**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://global.oup.com/academic/content/word-of-the-year/?cc=us&lang=en&>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PARANÁ PESQUISAS. **Pesquisa de Opinião Pública nacional**. [S. l.], Julho 2018. Disponível em: <https://www.paranapesquisas.com.br/pesquisas/pesquisa-nacional-meios-utilizados-para-se-informar-sobre-as-eleicoes-de-2018-julho-2018/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SAUVY, Alfred – **L'Opinion Public**, Paris, Presses Universitaires de France (PUF), Collection Que Sais-Je?, 1977.

SENA, Nilza: **Espaço público, opinião e democracia: Estudos em Comunicação**, Lisboa, n. 1, p. 270-304, Abril/2007. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/01/pdfs/sena-nilza-espaco-publico-democracia.pdf>. Acesso em: 01/11/2019